



1 **ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DO MUNICÍPIO -----**

2 Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às dezenove horas e
3 sete minutos (19h07min), no Auditório do Gabinete, foi realizada a 23ª reunião
4 extraordinária do Conselho do Município de Bauru, CMB. Estiveram presentes e

5 assinaram a lista de presença os seguintes membros por segmento da sociedade:

6 **A) REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:** Natasha Lamônica (Suplente PMB
7 – SEPLAN); Renata Sajovic Martins (Titular PMB – SEPLAN); Perola Motta Zanotto
8 (Titular PMB – OBRAS); Mayra Fernandes Silva (Titular PMB – SEMMA); Otaviano
9 Alves Pereira Silva (Titular PMB – SAGRA); Chahida Jaqueline Obeid (Suplente
10 PMB – SEBES); Rafael Nunes Rosalin (Suplente PMB – SMDE); Osvaldo José
11 Pedro (Titular PMB – DAE); Augusto Francisco Cação (Titular PMB – EMDURB);
12 Luiz Eduardo Penteado Borgo (Titular PMB – EMDURB); Maria José Majô Jandreice
13 (Titular PMB – GABINETE). **B) REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE**

14 **CLASSE E UNIVERSIDADES:** Mariana de Campos Fattori (1º Suplente - OAB);
15 Alfredo Neme Neto (Titular – ASSENAG); Marcio Antônio Tonim Colim (Titular –
16 IAB); Fernando César Pegorin (Titular – SECOVI); Luiz Daré Neto (Titular –
17 UNIVERSIDADE); Maria Izabel Merino de Medeiros (2º Suplente –
18 UNIVERSIDADE). **C) PRESENTANTES DA COMUNIDADE:** Alfredo Cirne Moreira

19 (Titular, Setor 1); José de Souza Lopes Junior (2º Suplente, Setor 1); Ubaldo
20 Benjamin (2º Suplente, Setor 2); Osvaldy Martins (Titular, Setor 4); Isabel Maria
21 Alves Martins (2º Suplente, Setor 4); Alessandro Ricardo da Silva (Titular, Setor 5);
22 Paulo Roberto da Silva Ramos (1º Suplente, Setor 5); Raeder Rodrigo Porcaro
23 Puliesi (Titular, Setor 6); Kaio Augusto Santana (2º Suplente, Setor 6); Rosângela
24 Felix Silva (1º Suplente, Setor 7); Evaldo Pereira da Silva (2º Suplente, Setor 7);
25 Klaudio Coffani Nunes (1º Suplente, Setor 8); Stefani Aline Moreira (Titular, Setor 9);
26 Anajete da Paz (Titular, Setor 10); Reinaldo José Reche (Titular, Setor 11); Tania
27 Kamimura Maceri (2º Suplente, Setor 12). **D) REPRESENTANTES DO SETORES**

28 **RURAIS:** Nilton Carlos Pollice Scudeller (1º Titular – BACIA HID. DO CÓRREGO
29 ÁGUA PARADA); Francisco Octaviano Cardoso Neto (2º Suplente – BACIA HID. DO
30 RIBEIRÃO CAMPO NOVO); **E) ONG's:** Erik Luciano Mulato (1º Suplente FRUTO
31 URBANO SOS CERRADO FÓRUM PRÓ BATALHA). **JUSTIFICARAM AUSÊNCIA:**

32 Alexandre Antônio Ferraz de Arruda (Titular PMB – OBRAS); Paula Sumie
33 Watanabe (SUPLENTE PMB – OBRAS); Isabel Aiko Takamatsu (Titular – Setor 7);
34 Edmilson Queiroz Dias (Titular UNESP – FAAC); Simone Aparecida Ferreira Garcia
35 (1º Suplente – Setor 10); Afonso Fábio (Titular – Setor 12); Ângelo Joaquina Neto
36 (Titular – SindusCon); Mauri Ramos Andrade Leite (1º Suplente – SindusCon);
37 Ricardo Aragão Rocha Faria (2º Suplente – SindusCon); Reinaldo Luis Tadeu
38 Rondini Mandaliti (Titular – OAB). **CONVIDADOS:** Letícia Rocco Kirchner (Titular,

39 PMB - Seplan), Bruna Silva Leme (Vitta Residencial), Renata M. Esmeralri, Enidélcio
40 de Jesus Sartori (Unimed), Fábio Cesar DelBoni (Unimed) Ronald J. G. de Arruda
41 (Unimed), Fábio Giannini (Unimed), Maurício Pontes Porto (PMB, Secretário de
42 Planejamento interino), Rebeca Dalm de C. Boscott (Vitta Residencial), Alberto
43 Nicolau Magyori Junior (Vitta Residencial), Guilherme Toshio Nakasato ((Engenheiro
44 de Produção/Analista de novos negócios – Bild Engenharia); Hebn Izaac (Vitta),
45 Franciele E. E. da Silva (PMB - Saúde), José Eduardo Fogolin Passos (secretário
46 municipal da saúde), Edward Albiero Júnior (Arquiteto).



47 **1. Palavra do Presidente** - O Presidente inicia a reunião agradecendo a
48 disponibilidade da presença de todos os conselheiros, dos funcionários da Unimed,
49 da Vitta Construtora e dos convidados. Situa-se que estamos na 23ª reunião
50 extraordinária e que foi convocada dia 10.07.2017, sete dias antes da presente data.
51 Recorrendo a pauta, diz que vai expor o que aconteceu nesse intervalo do dia
52 03.07.2017 ao dia de hoje, já que na reunião ordinária de 03.07.2017 ele não a
53 presidiu, pois foi a data do nascimento de sua filha.

54 **a.) Reenvio de ofícios convidando autoridades para a reunião de 25.07.2017**
55 **sobre o TAC:** explica o motivo de ser reenvio, já que o primeiro ofício convidando as
56 autoridades foi encaminhado com a data de 18.07.2017 e foi alterada para a data de
57 25.07.2017, na terça-feira que vem, e então foram reenviados os ofícios convidando
58 as autoridades e a mesma acontecerá na ASSENAG, a partir das 18h00min, sendo
59 que o Dr. André Libonati sugeriu outras datas, mas o Raéder justificou que não seria
60 possível outra alteração, até que inicialmente seria dia 18 de Julho e já alterado para
61 a data de 25 de Julho de 2017 a pedido do próprio Dr. André Libonati, pois ele
62 estaria em viagem ao exterior, tendo disponibilidade à partir de 20/07/2017. Raéder
63 justifica que o horário é mais cedo, pois a pauta é extensa e pode ser que tenha
64 duração de, no mínimo, quatro horas de reunião. Ratifica que a data ficou agendada
65 para o dia 25 de Julho de 2017 e que foram convidadas onze autoridades e que será
66 encaminhado ainda por e-mail o convite aos Vereadores, expõe o nome das
67 autoridades e relata que a Procuradoria Seccional da União **não** participará da
68 reunião do TAC dos Villaggios por entender que o TAC já foi assinado e não tem
69 motivo do comparecimento. Juntamente com o ofício, foi encaminhada a pauta da
70 reunião e a proposta de duração de fala de cada autoridade. Raéder reforça a
71 importância da presença de todos os conselheiros, titulares e suplentes, comunidade
72 e convidados e os aguarda dia 25 de Julho de 2017.

73 **b.) Participação na audiência pública dos corredores comerciais – Setor 2:**
74 Raéder expõe a participação na audiência pública do setor 2, que é zoneamento na
75 região da zona sul do município e que contou com participação expressiva dos
76 moradores e que teve discussão acalorada, e explica que esse assunto ainda
77 passará pelo CMB e que para dar satisfação aos conselheiros, ele diz que está
78 procurado participar de todas as audiências públicas que ele tem conseguido ir, e
79 que não compareceu a audiência pública de corredor comercial do dia 13 de Julho
80 de 2017 (Setor 8), pois ele foi convocado para a audiência pública sobre as APAs na
81 Câmara Municipal.

82 **c.) Reunião institucional com os vereadores na Câmara Municipal de Bauru:**
83 Raéder expõe que no mês de junho/2017 dois vereadores reclamaram do CMB e
84 que por experiência própria e também a experiência nesses três anos de CMB, ele
85 conversou com a vereadora Chiara Ranieri Bassetto e com o Chefe de Gabinete da
86 Câmara, Senhor Júnior, no sentido de que os vereadores o recebessem no intervalo
87 regimental da sessão da Câmara, tendo o fato ocorrido na segunda-feira passada,
88 dia 10 de Julho de 2017, com todos os vereadores em que ele garantiu que o CMB
89 não está para atrapalhar o desenvolvimento e prosseguimento dos processos de
90 interesse do município e sim para seguir o Plano Diretor. Ainda, Raéder diz que
91 conversou com o presidente da Câmara, Sr. Alexssandro Bussola, e o vereador, Sr.
92 Benedito Roberto Meira, sobre APAs, TAC e que conciliaram sobre o respeito mútuo



93 entre CMB e Poder Legislativo e para que cada um faça sua parte. Raéder
94 enfatizou, na reunião com os vereadores, que jamais criticou vereadores na plenária
95 do CMB e que todas as reuniões do CMB são gravadas e transcritas em Ata.

96 **d.) Participação na audiência pública sobre lei das APAs na Câmara Municipal:**
97 Audiência pública que foi requisitada pelo CMB e que foi solicitado que a vereadora
98 Chiara Ranieri Bassetto convocasse essa audiência pública, pois o texto da emenda
99 modificativa que foi encaminhada pelo Executivo não foi discutida dia 25 de Janeiro
100 de 2017, ou seja, no mandato anterior, em que teve reuniões na Câmara Técnica,
101 que elaborou o parecer e que juntou o parecer que foi vencido por 10 a 5 votos para
102 acompanhar o projeto do prefeito e depois teve audiências públicas e o projeto foi
103 enviado para a Câmara Municipal e foi falado pela Câmara Municipal que o CMB
104 tinha votado texto diferente do que o prefeito aprovou, então o Sr. Raéder sugeriu à
105 vereadora Chiara Ranieri Bassetto que fizesse o chamamento de audiência pública
106 sobre o assunto e então ela chamou a audiência pública e foi dia 13 de Julho de
107 2017, na Câmara Municipal. Pelo presidente do CMB ter autonomia de propor e
108 trazer discussões para o Conselho, o Sr. Raéder optou por trazer essa discussão
109 novamente a plenária do CMB e então será discutido em nova reunião do CMB e
110 que isso não atrapalhará o trâmite do processo, já que o texto atual não condiz com
111 o discutido no CMB em 25 de Janeiro de 2017 e atualmente estamos em outro
112 mandato com outros conselheiros e o Sr. Raéder propõe que haja o debate com os
113 atuais conselheiros que tem o direito de saber do texto desse processo, já que em
114 Janeiro de 2017 era o primeiro biênio do CMB e atualmente estamos no segundo
115 biênio que teve eleições e novos conselheiros tomaram posse e então o Conselho
116 vai opinar e deliberar sobre o assunto.

117 Antes de entrar no item 2 da pauta, sobre o EIV da Unimed-Bauru, o presidente
118 continua com a palavra e se posiciona que dia 3 de Julho de 2017, ele não estava
119 presente a 36ª reunião ordinária do CMB devido ao nascimento de sua filha, e que
120 foi incluído a zona rural no Código de Obras e que a Câmara Técnica já tinha
121 opinado que a zona rural deveria entrar no Código de Obras e que na época a Arqtª
122 Letícia Rocco Kirchner, que estava apresentando o trabalho da revisão do Código de
123 Obras que a zona rural poderia ser discutido em outra lei, ou seja, em uma lei à
124 parte e na ausência do presidente a reunião do dia 03 de Julho de 2017, foi pedida a
125 inclusão da zona rural no Código de Obras e que em seu entendimento não há
126 problema ou óbice algum e que a Câmara Técnica é um “órgão de assessoria” e que
127 ajuda a trazer a plenária os assuntos já mais discutidos, mas quaisquer conselheiros
128 podem pedir a inclusão e/ou exclusão de artigos, enfim, não é por que a Câmara
129 Técnica não discutiu o assunto que não pode ser discutido na reunião, pelo
130 contrário, é na plenária da reunião que é sugerido, pede-se exclusão e altera-se
131 artigos. Sr. Raéder pede cuidado sobre um item importante que é sobre as decisões
132 da plenária que são soberanas, só que o regimento regula sobre algumas regras
133 como, por exemplo, de qual forma o conselheiro pode pedir inclusão/exclusão de
134 itens, já que se fosse assim, não teria necessidade do Conselho ter presidente nem
135 diretoria executiva, e todo o mundo “mandaria” no Conselho, sendo que nesse dia, o
136 vice-presidente do CMB, Sr. Dr. Luiz Eduardo Penteado Borgo, estava presidindo a
137 reunião e ele ligou ao Sr. Raéder e então o Sr. Raéder disse que como ele estava
138 presidindo, que ele fizesse o que achava que deveria fazer, uma vez que ele quem



139 estava presidindo, ele quem mandava, só lembrando, para finalizar, sobre a
140 soberania das decisões da plenária, de que determinados assuntos realmente o
141 Conselho não permite essa autonomia para a plenária decidir e que pede cuidado
142 sobre a “soberania das plenárias” sobre o presidente, sobre a diretoria executiva,
143 pois é soberana até certo ponto, pois senão vira bagunça. Sr. Raéder diz que
144 conversou com Letícia Rocco Kirchner e Maurício Pontes Porto e que propuseram
145 audiência pública com presença de público da zona rural e uma audiência pública
146 com presença de público da zona urbana e que então o processo teria
147 prosseguimento.

148 Sr. Raéder pergunta se algum presente a reunião tem comentários sobre os quatro
149 itens acima pautados e então o Sr. Dr. Borgo questiona sobre o projeto de lei de
150 APAs e então o Sr. Raéder explica que a Câmara Técnica fez um parecer e esse
151 parecer foi lido e votado na Assenag e pediram que esse parecer fosse juntado com
152 o processo e é desconhecido se esse parecer foi realmente juntado ao processo,
153 então será pedido cópia do processo a Câmara Municipal e será enviado a Câmara
154 Técnica do CMB para discussão para deliberação na plenária do CMB e
155 posteriormente retorno a Câmara Municipal, em que a ideia não é atrapalhar e muito
156 menos criar problema e sim colaborar com os vereadores para uma visão mais
157 ampla sobre o assunto. Conselheiro Sr. Francisco Octaviano Cardoso Neto
158 (conhecido como Maninho Cardoso) questiona o posicionamento do presidente
159 sobre o plano de manejo, já que a maioria dos vereadores é favorável e então o
160 presidente responde que prefere não opinar agora, mas em Janeiro/2017 ele já
161 votou sobre esse assunto e que o presidente do CMB vota quando acha importante
162 ou quando precisa ter o voto de minerva, em caso de empate.

163 Sr. Raéder relata a plenária que encaminhou, por e-mail, dois documentos, sendo
164 um arquivo sobre considerações do Vitta Colonial e outro arquivo com as
165 considerações da Unimed Bauru.

166 Antes do prosseguimento da pauta da reunião, o presidente questiona a Arqt^a
167 Natasha sobre a disponibilidade do secretário municipal da saúde, o médico Sr. José
168 Eduardo **Fogolin** Passos, adentrar ao auditório para expor sua fala, porém ele ainda
169 não tinha chegado ao Paço Municipal, em que explicam que o assunto é a
170 contrapartida da Anhanguera, em que o processo passou no primeiro biênio do CMB
171 (mandato anterior) e que nesse íterim da chegada do médico Fogolin, será
172 apresentado o EIV do Centro de Diagnóstico da Unimed-Bauru, em que o presidente
173 explana sobre a sequência dos trabalhos a seguir, em que inicialmente será feito a
174 apresentação do EIV pela Unimed, em seguida entra nas considerações da Câmara
175 Técnica, em que tiveram várias reuniões no DAE, na própria Unimed e que saíram a
176 campo para obter as respostas desse processo e por fim, procede-se com a
177 abertura para votação pela plenária. Sr. Raéder convida o médico, Sr. Enidécio de
178 Jesus Sartori, para apresentação do EIV da Unimed e então passa a palavra a ele,
179 para atendimento ao item 2 da pauta da presente reunião.

180 **2.) Apresentação e deliberação acerca do Estudo de Impacto de Vizinhança de**
181 **projeto de aprovação de construção Centro de Diagnóstico Unimed Bauru –**
182 **Processo nº 65.581/2016:** Sr. Enidécio abre a palavra comentando que fará um
183 breve relato sobre do que se trata esse empreendimento do Centro de Diagnóstico
184 da Unimed-Bauru, em que explana que o objetivo é o atendimento integrado dos



185 beneficiários da Unimed, porque em um só lugar vai conter conjuntos de consultórios
186 e o centro de exames, o que vai facilitar e agilizar o atendimento para os
187 beneficiários. Para entendimento da cronologia do empreendimento, ele explica que
188 em 2012 foi aprovada a implementação e construção do CDU em assembleia de
189 cooperados da Unimed, no ano de 2013 foi aprovado o projeto pela prefeitura, com
190 aproximadamente 17 mil m² de área construída, e iniciou-se a construção, já no ano
191 de 2015 foi aprovada a lei de “Estudo de Impacto de Vizinhança”, em 2016 foi
192 protocolado o projeto de ampliação do CDU, pela oportunidade da Unimed adquirir
193 lotes contíguos ao fundo do empreendimento e essa ampliação traria mais
194 funcionalidade ao empreendimento, gerando a necessidade do EIV para todo o
195 empreendimento e em fevereiro de 2017 foi protocolado o EIV e em junho de 2017
196 teve audiência pública com a apresentação do EIV e tendo prosseguimento por todo
197 o trâmite burocrático imposto pelos órgãos públicos. Explana-se sobre a localização
198 do empreendimento que é na zona central, às margens das Ruas Agenor Meira e
199 XV de Novembro, com acesso aos clientes pelo quarteirão 12 da Rua Agenor Meira
200 e acesso aos colaboradores e serviços pela Rua 13 de Maio, em que ele lembra que
201 anteriormente funcionava, em um terreno um pouco menor, o prédio administrativo e
202 a farmácia da Unimed e que não possuía vaga de estacionamento e não se tem
203 notícias de impacto acerca de trânsito e vagas de estacionamento. Expõe que são
204 aproximadamente 20 mil m² de área construída, em que o CDU está subdividido em
205 três prédios, sendo: 1.) Centro Médico, composto de dez andares com
206 aproximadamente 90 consultórios para atendimento, sala de apoio e espaço para
207 recepção e espera, etc; 2.) Centro de Diagnóstico, composto de três andares, com
208 50 salas para realização de exames, além de espaço para recepção, preparo e
209 espera; 3.) Centro de Apoio, composto de três andares com 18 salas para a área de
210 administração do CDU, que é o exposto para a Rua 13 de Maio e que motivou o EIV.
211 Os exames a serem realizados no Centro de Diagnóstico são: tomografia,
212 ressonância, RX geral, urodinâmica, biopsia de próstata, ultrassom, mamografia,
213 endoscopia, colonoscopia, teste ergométrico, ecocardiograma, exames laboratoriais,
214 densitometria, Phmetria, manometria anorretal e esofágica, mapa, holter,
215 eletrocardiograma, eletroencefalograma, ecoendoscopia, ecografia cardiovascular e
216 ajuste de marca-passo.

217 Os consultórios do Centro Médico são: psiquiatria, especialidades clínicas e
218 cirúrgicas, ginecologia e obstetrícia, pediatria, ortopedia, oftalmologia e
219 otorrinolaringologia e terá os atendimentos personalizados contemplados com o
220 S.O.U (saúde ocupacional), S.A.U.D (home care), atenção personalizada a saúde e
221 espaço de saúde da mulher.

222 Explica-se que o CDU foi construído levando-se em consideração todos os preceitos
223 de sustentabilidade e acessibilidade e respeitando o plano diretor do município, em
224 que relata que contará com sistema de captação de água do ar condicionado, uso
225 de lâmpadas LED para maior economia de energia, elevadores de acesso para PcD
226 e pacientes em macas, energia solar gerando 104kW, sendo a maior estação de
227 produção de energia solar instalada em Bauru, dentre outros.

228 Apresenta-se o resumo do empreendimento, sendo:

- 229 → Terreno: 4.040,30m²;
- 230 → 2º Subsolo: 3.550,53m²;



231 → 1º Subsolo: 3.228,54m².

232

233

Centro de Diagnóstico:

234 → Pavimento térreo: 1.275,15m²;

235 → 1º Pavimento: 932,60m²;

236 → 2º Pavimento: 906,96m²;

237 → Ático: 107,05m²;

238 **Total: 3.221,76m².**

239

240

Medical Center:

241 → Pavimento térreo: 613,51m²;

242 → Pavimento térreo – Pilotis: 397,42m²;

243 → Mezanino: 397,57m²;

244 → Pavimento tipo: 7.067,79m²

245 → Ático: 18,84m²

246 **Total: 8.495,13m².**

247

248

Lancheonete e administrativo:

249 → Pavimento térreo: 103,35m²;

250 → 1º Pavimento: 103,35m²;

251 → 2º Pavimento: 103,35m²;

252 **Total: 310,05m².**

253

254

Anexos e passarelas:

255 → Pavimento térreo - Serviços: 665,85m²;

256 → 1º Pavimento – vestiário: 735,86m²;

257 → 2º Pavimento – refeitório: 191,21m²;

258 → 3º Pavimento – Lazer: 99,12m²;

259 **Total: 1692,04m²**

260

261

Área total/geral a construir: 20.498,05m²

262

263 → Vagas para automóveis – térreo, 1º e 2º subsolo: 212;

264 → Número de funcionários estimado: 200

265 → Número de médicos estimado: 190

266 → Número de pessoas atendidas por dia: 2.000

267 → Horário de funcionamento: de 2ª a 6ª das 07h às 19h, sendo atendimento
268 eletivo, de rotina, ou seja, não é para atendimento de emergência, não é para
269 atendimento de pronto-socorro.

270

271

Informações sobre o estacionamento:

272 → Vagas normais: 212;

273 → Vagas com manobristas: 250;

274 → Dois subsolos com 6.779m²;

275 → Conforme legislação específica do município, constante de termo de
276 referência técnica para ambulatório/laboratório, o número de vagas será de 1 para
277 cada 100m² (decreto nº 13.269 de 28 de dezembro de 2016), em que no caso tem-



278 se que destacar as áreas dos solos que serão utilizadas para vaga de
279 estacionamento em que fica: $13.718,98/100 = 137,19$, portanto as 250 vagas
280 oferecidas atendem a legislação.

281 Conselheiro Marcio Colim questiona o Sr. Enidécio qual é o público alvo da Unimed,
282 em que responde que a maior parte dos clientes é proveniente de funcionários de
283 empresas que tem contrato com a Unimed.

284 EIV apontou, como impactos positivos: valorização as áreas, geração de empregos,
285 atração de novos postos de comércio e serviços, contribuição para a cidade de
286 Bauru consolidar-se como referência na prestação nos serviços de saúde. Já para o
287 transporte público urbano, apontou que 90% das linhas de ônibus utilizam os
288 corredores da Av. Rodrigues Alves e que o empreendimento vai melhorar o IPK
289 (índice de passageiro por km), incidindo de forma positiva na tarifa. E sobre o
290 impacto no sistema viário, o estudo de impacto mostra que, no período de pico, o
291 empreendimento vai aumentar o número de viagens geradas em 231, porém,
292 acrescido ao número atual, o nível de serviços da via permanecerá em nível A, ou
293 seja, fluxo livre (ocupação da via em até 60% da capacidade).

294 Sr. Enidécio reforça a preocupação da Unimed com as vagas de estacionamento, já
295 que se os clientes forem ao local e não encontra vaga para estacionar, ele pode ir
296 para outras clínicas, então a Unimed tem essa preocupação e que o estacionamento
297 supra plenamente as vagas de estacionamento e informa que a Unimed tem outros
298 três terrenos, e caso haja necessidade, podem ser transformados em
299 estacionamento, porém os estudos mostram que são suficientes.

300 Sr. Raéder, em posse das considerações da Câmara Técnica, expõe:

301 1 - O DAE, conforme Certidão de Diretrizes nº. 040/2017, solicitou contrapartida do
302 empreendedor no valor de R\$ 1.360,05 (Hum mil, trezentos e sessenta reais e cinco
303 centavos). Folhas 364/366;

304 2 - De acordo com o parecer da Secretaria da Educação, o empreendimento não
305 trará demanda à rede pública de ensino. Fls 210;

306 3 - A Secretaria do Meio Ambiente solicitou seja obedecida as normas relativas ao
307 PGRCC e arborização urbana, bem como salientou a necessidade de que seja
308 contratada uma empresa particular para coleta e destinação de resíduos de serviços
309 de saúde, além de obedecer a lei que trata da separação de lixo reciclável. Folhas
310 213/215;

311 4 - De acordo com o parecer da Secretaria de Saúde, não haverá impacto no
312 sistema municipal de saúde. Fls 217;

313 5 - A EMDURB após a análise de vários Relatórios de Impacto de Trânsito exigiu
314 como medida mitigatória a aquisição e doação de dois controladores de tráfego
315 (semáforos) e quatro aparelhos No-breaks, conforme parecer da Folha 333; em
316 relação à demanda pelo transporte coletivo, a empresa diz que será absorvida pela
317 linhas existentes, conforme Folhas 324/326, por fim, o parecer da Diretoria de
318 Limpeza Pública reforça a exigência de se contratar uma empresa particular para a
319 destinação de resíduos da saúde, bem como a elaboração de plano de
320 gerenciamento de resíduos sólido e que se faça a separação de resíduos orgânicos
321 dos recicláveis. Folhas 329/332;

322 6 - A Secretaria de Obras, no seu parecer acompanha o estudo (EIV) apresentado,
323 em relação ao Sistema de Drenagem de águas pluviais, que é composto de redes



324 coletoras e interligadas ao sistema público existente (Folha 212). E quanto à
325 iluminação pública, de acordo com a Seção de Iluminação Pública, após vistoria,
326 que o empreendimento não causará impacto na estrutura existente, haja vista o local
327 já ser urbanizado. Folha 212 verso.

328 Analisando o processo, a Câmara Técnica verificou que a quantidade de vagas de
329 estacionamento poderia não ser suficiente para atender a demanda, em torno de
330 2.500 usuários por dia, além dos funcionários e médicos que farão uso do
331 estacionamento, que a Secretaria de Obras não solicitou o recape das vias do
332 entorno do empreendimento, além da informação de que o empreendimento seria
333 abastecido por poço particular, por fim, de que a Seção de Iluminação pública
334 informa que a iluminação no local está de acordo.

335 Dessa forma, membros da Câmara Técnica, acompanhados do Presidente do
336 Conselho, se reuniram num primeiro momento com a Direção DAE, tendo ficado
337 esclarecido que o poço que foi citado não era de água potável e sim da construtora
338 que fez uso somente durante a construção, sendo que o mesmo já está lacrado.

339 A Certidão de Viabilidade juntada no processo anteriormente fora cancelada e que a
340 ligação de água no empreendimento já foi realizada e a contrapartida já paga pela
341 Unimed. Quanto às vagas de estacionamento, foi discutido em reunião com a
342 Diretoria da Unimed, não tendo ficado claro se haverá ou não necessidade de
343 disponibilização de mais vagas, inclusive tal assunto foi objeto de reunião junto ao
344 Promotor de Justiça, cabendo ao Conselho a indicação de acompanhamento do uso
345 do mesmo, ou seja, se for detectado que o estacionamento não é suficiente, o
346 empreendedor dispõe de terrenos anexos ao prédio que podem vir a ser utilizados
347 para suprir a demanda. Em relação à iluminação pública, na reunião foi explicado
348 que o empreendimento instalará painéis luminosos que ajudará a melhorar a
349 iluminação das ruas que compreendem o entorno do prédio. Por fim, a Câmara
350 Técnica sinalizou à Diretoria da Unimed que se fizesse o recape asfáltico de 4
351 quadras nas proximidades, o que foi aceito pela empresa, tendo sido contempladas
352 a Travessa Leandro, em toda sua extensão; o quarteirão 12 da Rua Agenor Meira,
353 entre a Rua Manoel Bento Cruz e Rua XV de Novembro; quarteirão 11 da Rua
354 Agenor Meira, entre a Rua XV de Novembro e Sete de Setembro; quarteirão 10 da
355 Rua Agenor Meira, entre a Rua Sete de Setembro e Cussy Júnior, devendo as obras
356 de recape serem concluídas até **31/12/2017**, além do que, toda sinalização de solo
357 deverá ser refeita, sendo que o empreendedor se compromete a adquirir o material e
358 a Emdurb disponibilizar a mão de obra.

359 O conselheiro, Sr. Alfredo Neme Neto, pede registro em ata, em que ele questiona
360 se a diretriz, a regulamentação do DAE foi seguida normalmente e o Sr. Raéder
361 responde que sim, que esse valor é o que consta no documento. E então o Sr.
362 Alfredo Neme Neto argumenta que esse empreendimento seguiu as normativas do
363 DAE e está aprovado e sugere para que, nos próximos empreendimentos, o DAE
364 revise/refaça a resolução sobre a taxa cobrada sobre água e esgoto e que o CMB
365 motive essa alteração/revisão, pois apenas banho os 290 funcionários não farão no
366 empreendimento, pois de restante a lavagem de todo esse ambiente será feito e cita
367 que é comum empreendimento pagar em torno de 100 mil reais ao DAE.

368 Conselheiro, Sr. Alfredo Cirne Moreira, relata que passou na data de hoje a tarde em
369 frente ao empreendimento e que estava sendo instalado postes de energia no local



370 e que considera uma melhoria, ao qual foi respondido que são desvios nas
371 redes/vias.

372 Após discussão com os conselheiros, Sr. Raéder procede com a abertura para
373 votação, ao qual o empreendimento é aprovado por unanimidade.

374 O processo será devolvido a Secretaria de Planejamento para prosseguimento. Os
375 conselheiros presentes parabenizam os funcionários presentes da Unimed pelo
376 empreendimento.

377 **3.) Apresentação e deliberação acerca do Estudo de Impacto de Vizinhança de**
378 **projeto de aprovação de ampliação Makro Atacadista – Processo nº**
379 **28.792/2015:** Sr. Raéder explica que esse processo é de regularização de
380 ampliação e foi exigido o EIV e o processo está tramitando desde 2015 e esse
381 processo passou pelas Secretarias e o Makro entrou com recurso que alega
382 discordar das medidas mitigatórias propostas pelos órgãos públicos, pois o Makro
383 diz que gera empregos, que está em Bauru há bastante tempo e o processo se trata
384 de regularização e que por enquanto se nega a providenciar as medidas
385 mitigatórias. O processo não passou pelo DAE e resolveu que o processo será
386 devolvido para que tenha parecer pelo DAE e que o mesmo será devolvido para a
387 SEPLAN para providências e prosseguimento e o Sr. Raéder pede que seja feito
388 novo parecer do GAE, que contemple todos os órgãos públicos, e que
389 posteriormente retorne ao CMB para discussão e deliberação.

390 **4.) Apresentação e deliberação acerca do Estudo de Impacto de Vizinhança de**
391 **projeto de aprovação de construção Vitta Jardim Colonial – Processo nº**
392 **60.580/2016:**

393 Sr. Raéder explica que esse processo já tinha passado pelo CMB e que agora
394 retorna pois quando foi feita a audiência pública em Fevereiro/2017 não tinham
395 todos os pareceres suficientes para análise completa do CMB e que foi feita nova
396 audiência pública e aparentemente todas as questões foram resolvidas, em que o
397 presidente transfere a palavra para os representantes da Vitta, em que encontram-
398 se a Eng^a Civil Bruna Leme e o Sr. Alberto, em que o Sr. Alberto comenta que esse
399 mês, eles entregaram o Vitta Mary Dota com 230 unidades entregues e que em
400 todos os empreendimentos eles fazem uma pesquisa de satisfação do
401 empreendimento, sigla em inglês, NPS, em que, por exemplo, a Apple é de 86% e
402 do empreendimento enquadrado no MCMV da Vitta foi de 76%. Eng^a Bruna expõe
403 informações do empreendimento Vitta Jardim Colonial, como localização, projeto de
404 implantação, quadro de áreas do condomínio e das torres do condomínio e sobre as
405 medidas mitigatórias, em que se tem:

406

407 ✓ Quadro de áreas do condomínio:

- 408 → Terreno: 6.380,22m²;
- 409 → A construir coberto: 10.385,64m²;
- 410 → A construir descoberto (piscina): 78,74m²;
- 411 → Total geral a construir: 10.464,38m²;
- 412 → Área livre: 4.676,44m²;

413

414 ✓ Informações gerais de construção:

- 415 → Taxa de ocupação: 16,99%;



- 416 → Coeficiente de aprovação: 1,64;
417 → Zona: ZR3 (predominantemente residencial);
418 → Taxa de ocupação máximo permitida: 50,00% e nesse projeto é de 16,99%;
419 → Coeficiente de aprovação máximo permitido: 3,00 e nesse projeto é de 1,64;
420
421 ✓ Informações do condomínio:
422 → Composto de duas torres: Torre 1 e Torre 2;
423 → Para cada torre:
424 ▪ Térreo + 10 pavimentos;
425 ▪ 4 apartamentos no térreo;
426 ▪ 8 apartamentos por pavimento tipo;
427 ▪ Área aproximada por apartamento: 48m², com dois dormitórios, sala,
428 cozinha e sanitário;
429 ▪ 2 elevadores;
430 ▪ Total de 168 apartamentos;
431 ▪ Uma vaga de estacionamento por unidade habitacional;
432 ▪ Área de lazer exigida: 336,00m² e nesse projeto é de 992,10m²;
433 ▪ Atende-se as leis de acessibilidade, com reserva de 3% de vaga para
434 PcD e os apartamentos passíveis de se tornarem acessíveis.
435
436 ✓ Medidas mitigatórias:
437 ▪ Secretaria de Educação: incremento de 24 vagas geradas pelo
438 empreendimento, com um repasse de R\$ 13.445,92;
439 ▪ Secretaria de Saúde: repasse de R\$ 36.288,00;
440 ▪ Secretaria de Obras:
441 1.) para o viário: necessário o recape, conforme mapa mostrado no
442 slide;
443 2.) Iluminação Pública: substituição de 16 pontos de braços e
444 luminárias;
445 ▪ DAE:
446 1.) repasse para rede de absatecimento de água R\$ 109.547,88;
447 2.) repasse para a rede coletora de esgoto: R\$ 155.666,65;
448 3.) Repasse total ao DAE: R\$ 265.214,53.
449 ▪ EMDURB: apresentaram duas opções, sendo:
450 1.) Opção 1 - Pela análise de transito da EMDURB, que após a
451 segunda audiencia pública, a EMDURB reavaliou o relatório de
452 impacto de trânsito (RIT) e alegou que é indispensável a duplicação
453 do trecho da onde termina o muro do Jardim Colonial (condominio
454 fechado) até aonde termina a rotatória, pois a rotatória não está
455 sendo totalmente utilizada, então seria a pavimentação e a
456 duplicação desse trecho que resulta em aproximadamente 300 metros;
457 2.) Opção 2 – Recapear e pavimentar o dispositivo em frente a
458 Chácara Odete.
459 Eng^a Bruna comenta que será uma opção ou outra, devido a
460 pendência judicial na área da opção 1.



461 Sr. Raéder tem posse da palavra e expõe os itens apontados pela Câmara Técnica,
462 que são:

463 1 - O DAE, conforme Certidão de Diretrizes n. 008/2017, exigiu a título contrapartida
464 do empreendedor com o abastecimento de água no valor de R\$ 109.547,87 (Cento e
465 nove mil, quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos); já em relação
466 à contrapartida do lançamento de esgoto, a contrapartida será de R\$ 155.666,64
467 (Cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e
468 quatro centavos), Folhas 375/382;

469 2 - De acordo com o parecer da Secretaria da Educação, o empreendimento terá
470 que arcar com uma contrapartida no valor de R\$ 13.445,92 (Treze mil, quatrocentos
471 e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos), Folhas 346/347;

472 3 - A Secretaria do Meio Ambiente solicitou seja obedecida as normas relativas ao
473 PGRCC e arborização urbana, bem como exige que o empreendimento faça a
474 separação do lixo orgânico do reciclável, de acordo com a lei 6.854/2016, porém
475 afirmou que a região não é atendida pela coleta seletiva de lixo reciclável, somente
476 coleta de lixo orgânico, Folhas 165/167;

477 4 - De acordo com o parecer da Secretaria de Saúde, a contrapartida será de R\$
478 36.228,00 (Trinta e seis mil, duzentos e vinte e oito reais), Folhas 197;

479 5 - A EMDURB, após a análise de vários Relatórios de Impacto de Trânsito, e
480 reunião realizada junto ao empreendedor em 11.07.2017, foram exigidas as
481 seguintes medidas mitigadoras: Execução de guias, sarjeta e pavimentação da
482 Avenida Antenor de Almeida, trecho entre a rotatória defronte ao Condomínio
483 Chácara Odete e pista já duplicada, assim como a execução da alça da rotatória.
484 Assim, o empreendedor fica dispensado de recapear a rotatória defronte ao
485 Condomínio Chácara Odete, ficando responsável somente pela infraestrutura da
486 alça da mesma, assim como fica dispensado da revitalização na rotatória da entrada
487 da UNESP, na Avenida Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, Folhas 432/433;

488 6 - A Secretaria de Obras, no seu parecer sugere que o projeto de drenagem
489 contemple a utilização de poço de infiltração nas áreas permeáveis, bem como
490 haverá a implantação de reservatório de retenção e sistema de utilização das águas
491 das chuvas, devendo o empreendedor solicitar diretriz de Drenagem à Secretaria de
492 Obras, Folhas 155. Já em relação à pavimentação, foi proposto como medida
493 mitigadora o recape da Rua Regina Senger Maioral, quarteirão 01, Rua Fioravante
494 Pissuto e Rua Lazaro Castro Reis, entre a Avenida Antenor de Almeida e Rua
495 Regina Senger Maioral, por fim, Avenida Antenor de Almeida, quarteirão 01. Quanto
496 à iluminação pública, de acordo com a Seção de Iluminação Pública, após vistoria,
497 foram solicitadas as seguintes melhorias: Rua Lázaro de Castro Reis, quarteirão 1,
498 substituir a iluminação existente, 2 pontos, instalar postes, redes de distribuição de
499 energia elétrica e iluminação pública; trecho entre Av. Antenor de Almeida e Av
500 Osvaldo Alvarenga Tavano, conjunto completo; Rua Regina Senger Maioral,
501 quarteirão 1, substituir iluminação existente, 5 pontos, conjunto completo, exceto
502 poste; Rua Fioravante Pissuto, quadra 2, substituir a iluminação existente, 2 pontos,
503 conjunto completo, exceto poste; Av. Antenor de Almeida, trecho entre Av. Luiz
504 Edmundo Carrijo Coube e Rua Fioravante Pissuto, substituir iluminação existente, 7
505 pontos, conjunto completo, exceto poste, Folhas 155, verso.



506 O GAE - Grupo de Análise de Empreendimentos - em reunião realizada no dia
507 12/07/2017, ressaltou que a medida mitigadora apontada pela Emdurb pode não ser
508 viabilizada, haja vista que a duplicação do trecho da Avenida Antenor de Almeida e a
509 rotatória defronte ao Condomínio Chácara Odete depende de investimento público,
510 ou seja, a desapropriação do trecho, bem como haver disputa judicial da área por
511 duas famílias, enfim, o GAE propõe que caso a duplicação não seja viabilizada até a
512 emissão do habite-se, a mitigação de duplicação seja substituída pelo recape da
513 rotatória e requalificação total da mesma, além da revitalização da sinalização da
514 rotatória da UNESP.

515 Analisando o processo, a Câmara Técnica acompanha os pareceres emitidos pelas
516 Secretarias, DAE e Emdurb, inclusive quanto à pendência em relação à duplicação
517 da Avenida Antenor de Almeida, concordando com a substituição da duplicação do
518 trecho pela readequação total da rotatória defronte ao Condomínio Chácara Odete,
519 além da revitalização da rotatória da UNESP, na Av. Luiz E C Coube, haja vista o
520 trecho a ser duplicado estar sendo discutido em ação judicial, caso não seja possível
521 o poder público desapropriar o trecho necessário à execução da referida duplicação
522 até a emissão do habite-se ao empreendimento.

523 Quanto ao Radar do IPMET, segundo consta nos autos, o empreendimento fica fora
524 da área de abrangência, ou seja, fica a 1.250 metros de distância, quando o mínimo
525 seriam 400 metros, com uma quota de 638 metros, ou seja, viável.

526 Sr. Alberto Magyori comenta sobre a falta de água na região, em que o DAE explica
527 que fez um levantamento nos últimos seis meses de ligações atendidas pelo 0800
528 sobre reclamações de falta de água e não consta nenhuma reclamação nesse
529 sentido nessa região do empreendimento e o DAE alega que pode faltar água
530 quando da realização de manutenção da rede e ainda expõe que nem sempre o uso
531 da contrapartida/repassa é no entorno do empreendimento. A conselheira, Sr^a Tania
532 Maceri, pede que registre em ata, a necessidade da revisão da metodologia do DAE.
533 O conselheiro, Sr. Caçõ, pede a palavra e explica tecnicamente que a pendência
534 jurídica não compete a EMDURB analisar e que a preocupação da EMDURB é em
535 relação a segurança e fluidez do trânsito e que o GAE aceitou pela segunda opção
536 apresentado pela Vitta, já que a primeira opção depende da definição judicial da
537 duplicação e que conforme disse a Eng^a Bruna, a liberação do Habite-se do
538 empreendimento depende da efetivação das contrapartidas e/ou repasses e no caso
539 a opção 1 pode demorar muito tempo, além da indenização que a PMB precisa fazer
540 em torno de 4 milhões de reais e que não dispõe dessa quantia para essa finalidade.
541 Caso a decisão judicial e a indenização aconteçam antes do término do
542 empreendimento, a Vitta fica incumbida de executar a opção 1.

543 Após ampla discussão entre os conselheiros, o Sr. Raéder alega que o
544 empreendimento já foi mostrado e que o empreendedor concordou com todas as
545 contrapartidas e então procede a abertura para votação da plenária e o
546 empreendimento é aprovado por unanimidade de todos os conselheiros.

547

548 Secretário Municipal da Saúde, Sr. Fogolin, adentra ao auditório e explana sobre
549 uma proposta de avaliação do CMB e expõe a dificuldade de recurso na área da
550 saúde e há a necessidade de adequação de equipamentos de todas as unidades
551 básicas de saúde do município e nesses primeiros seis meses, a SMS correu atrás



552 disso, avaliando da onde conseguiria recurso, avaliando emenda parlamentar e foi
553 elaborado o plano municipal de saúde e todas as unidades estão com dificuldade em
554 obtenção de equipamentos. Relata que teve um EIV sobre um empreendimento da
555 Construtora Dinâmica que será na Anhanguera que contemplam dois equipamentos
556 para unidade básica de saúde no Parque Vista Alegre (PVA) e na unidade básica de
557 saúde do Godoy, que são duas unidades que a SMS precisa de equipamento, só
558 que aconteceu recentemente que o Fundo Municipal de Saúde (FMS) que caiu
559 dinheiro via emenda parlamentar, para aquisição de equipamento, que é obrigatório
560 utilizar para o PVA e para o Godoy, então havia sido solicitado o recurso do
561 empreendimento para o PVA e o FMS apontou a disponibilidade de dinheiro via
562 emenda parlamentar para aquisição de equipamento no valor de R\$ 140.270,00
563 (repasso para a UBS PVA: R\$ 58.350,00 e repasse para a UBS Godoy: R\$
564 81.920,00) nas duas UBS e quando vem verba via emenda parlamentar não pode
565 ser alterado o destino da utilização para outra unidade, em que caso não seja
566 utilizado na unidade apontado na emenda parlamentar, o mesmo precisa ser
567 devolvido, ou seja, há a obrigação de utilizar esse repasse de emenda parlamentar
568 na UBS PVA e UBS Godoy, em contrapartida, a SMS precisa abrir a unidade de
569 saúde do Jussara/Celina que está parada há mais de dois anos e a SMS tem equipe
570 para atender, mas falta equipamento. Proposta do Sr. Fogolin: CMB avaliar a
571 utilização desse recurso do empreendimento para o Jussara/Celina e Chapadão que
572 são duas unidades que estão fechadas e ele como médico e secretário da saúde e
573 olhando as duas unidades fechadas, e agora sabendo que tem essa possibilidade
574 com essa verba ele consegue abrir essas duas unidades com a utilização desse
575 recurso. Dessa forma, Sr. Fogolin pede autorização que o CMB avalie a
576 possibilidade da utilização desse recurso do EIV da Construtora Dinâmica na
577 unidade do Jussara/Celina, pois nas UBS PVA e Godoy ele vai utilizar o recurso que
578 está no FMS, em que expõe que toda comunidade use com eficiência todo recurso
579 disponível, em que pede deliberação pelo CMB, em que nessa hora os conselheiros
580 pedem que já seja votado o assunto e o conselheiro Sr. Osvaldy pede a palavra e
581 diz que representa a região do Jardim Jussara e expõe a grande necessidade de
582 abertura da UBS Jardim Jussara e então o Sr. Raéder pede a palavra e explica
583 sobre a inclusão de pauta desse assunto e pergunta se algum conselheiro se opõe e
584 ninguém se opõe e diz que o valor da contrapartida da Anhanguera é em torno de
585 R\$ 80.000,00 e o EIV fala que tem que ser usado na região de abrangência e
586 nessas duas unidades e relembra a plenária que ele representa os moradores da
587 região 6 (Jardim Jussara está no setor 6), em que o presidente abre para votação
588 com a pergunta: se os conselheiros concordam que haja a transferência do valor
589 aproximado de R\$ 80.000,00 da Anhanguera (região do PVA e Godoy) para a região
590 do Jussara? E todos os conselheiros concordam, aprovam.

591 Na sequência, Sr. Raéder agradece a presença de todos os membros e findados os
592 trabalhos às vinte e uma horas e sete minutos (21h07min), a reunião foi encerrada.
593 Eu, Renata Sajovic Martins, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que segue
594 assinada por mim e pela Diretoria Executiva do CMB.

595
596
597



598

599

600

601 **Raéder Rodrigo Porcaro Puliesi**

602 Presidente do CMB

603

604

605

606 **Luiz Eduardo Penteado Borgo**

607 Vice-Presidente

608

609

610

611 **Alfredo Cirne Moreira**

612 1º Secretário

613

614

615

616 **Afonso Celso Pereira Fábio**

617 2º Secretário

618

619

620

621 **Renata Sajovic Martins**

622 Secretária Executiva